STJ00083509

Sumário

Apresentação 7

1. Por que Maria da Penha? 15

2. O ciclo da violência 18

3. Um olhar no tempo 25
   3.1 No passado 25
   3.2 Um novo tempo 29

4. A que veio 33
   4.1 Compromissos internacionais 33
   4.2 A força dos tratados 36

5. Uma violação aos direitos humanos 39
   5.1 O direito desdobrado em gerações 39
   5.2 A violência contra a mulher 40

6. A legalização das uniões homoafetivas 44

7. Alguns conceitos 50
   7.1 Conceito de violência doméstica 50
   7.2 Sua tipificação fora do âmbito do direito penal 52
   7.3 Sujeito ativo e sujeito passivo 54
   7.4 Unidade doméstica 59
   7.5 Família 60
   7.6 Relação íntima de afeto 62
   7.7 Formas da violência 63
      7.7.1 Violência física 64
      7.7.2 Violência psicológica 65

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00083509

7.7.3 Violência sexual 67
7.7.4 Violência patrimonial 70
7.7.5 Violência moral 72

8. A questão da constitucionalidade 74

9. Definição da competência 83
9.1 Introdução 83
9.2 Competência de "jurisdição" 83
9.3 Competência de juízo 84
9.4 Competência funcional 89
9.5 Competência *ratione personae* 89
9.6 Competência das Varas Criminais e dos JVDFMs 92
9.7 Competência do júri 94
9.8 Foro de eleição 94

10. A inaplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais 97

11. O papel do Ministério Público 101

12. As medidas protetivas de urgência 106
12.1 Tutela de urgência 106
12.2 Que obrigam o agressor 110
12.3 Que protegem a vítima 111
12.4 Separação de corpos e proibição de contato 112
12.5 Obrigação alimentar 115
12.6 Medidas de ordem patrimonial 116
12.7 Execução 121

13. Garantia do trabalho 123
13.1 Introdução 123
13.2 No serviço público 124
13.3 Na iniciativa privada 125

14. Dos delitos e das penas 129
14.1 O que mudou 129
14.2 Alterações no Código Penal 129

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00083509

14.2.1 Uma nova agravante 130
14.2.2 Lesão corporal qualificada 131
14.2.3 Mais uma majorante 132
14.3 Prisão preventiva 133
14.4 Comparecimento a programa de recuperação e reeducação 137
14.5 Cesta básica 140
14.6 *Sursis* 142

15. Retratação, desistência ou renúncia? 143
15.1 Algumas definições 143
15.2 Representação e renúncia na Lei dos Juizados Especiais 145
15.3 Representação e renúncia na Lei Maria da Penha 146

16. A polêmica sobre as lesões corporais 151
16.1 Introdução 151
16.2 Para uns 152
16.3 Para outros 156

17. Providências policiais 165
17.1 Por onde começar 165
17.2 Identificação criminal 170

18. Procedimento no Juizado de Violência Doméstica 173
18.1 Para onde deve seguir 173
18.2 Rito 175
18.3 Competência 176
18.4 Medida protetiva de urgência 180
18.5 Audiência de justificação 184
18.6 Audiência de conciliação 185
18.7 Retratação à representação 186
18.8 Dos recursos 187

19. Procedimento na Vara Criminal 189
19.1 Onde não deveria estar 189
19.2 Encaminhamento à Vara Cível 194
19.3 Dos recursos 195

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00083509

20. Políticas públicas 197

21. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 204

22. Evolução legislativa 220

22.1 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher 220

22.1.1 Dec. 4.377, de 13 de setembro de 2002 236

22.1.2 Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher 237

22.1.3 Dec. 4.316, de 30 de julho de 2002 245

22.2 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – "Convenção Belém do Pará" ... 246

22.2.1 Dec. 1.973, de 1.º de agosto de 1996 256

22.3 Legislação infraconstitucional 256

22.3.1 Lei 10.455, de 13 de maio de 2002 257

22.3.2 Lei 10.714, de 13 de agosto de 2003 257

22.3.3 Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003 258

22.3.4 Dec. 5.030, de 31 de março de 2004 260

22.3.5 Lei 10.886, de 17 de junho de 2004 261

22.3.6 Lei Complementar 119, de 19 de outubro de 2005 .. 262

22.3.7 Dec. 5.948, de 26 de outubro de 2006 263

Bibliografia 277

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br